

SIRLENE LOPES DE MIRANDA - USCS
DANILO SILVA GUIMARÃES - USP

V Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão

Trabalho: O processo de construção cultural do Self a partir da vivência institucionalizada no sistema prisional APAC

GT: Perspectivas etnográficas na cadeia: sentidos do encarceramento, concepções de justiça e subjetividades

09 a 11/12/2019
FFLCH-SUP
São Paulo-SP

RESUMO

Este trabalho descreve um estudo de caso sobre as implicações da vivência institucionalizada na construção cultural do Self em um sistema prisional no qual a pessoa assume uma dupla posição: cumpre sua pena, mas também participa da administração da instituição penal, como responsável pela segurança. A pesquisa foi realizada na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC, método alternativo de cumprimento de pena privativa de liberdade. Trata-se de um recorte de dados empíricos de uma pesquisa maior que resultou em uma tese de doutorado. Foram realizadas 12 visitas à Instituição para observar como se davam as relações interpessoais. O registro das informações foi feito em um diário de campo. Dezoito pessoas (homens privados de liberdade e seus familiares, egressos, voluntários, funcionários, juiz, diretoria e integrantes do Conselho de Sinceridade e Solidariedade) participaram da pesquisa, perante consentimento prévio. Foram identificadas antinomias (Wertsch, 1993) que emergiram das experiências vividas com os participantes em três campos-tema (cf. Spink, 2003): relações interpessoais, relações intrapessoais, e relação APAC-sistema prisional convencional. Cada contexto de convívio interpessoal apresenta um sistema de valores distinto que baliza múltiplas trajetórias de ação (cf. Boesch, 1991) para a pessoa. Observamos a construção de sistemas de valores, que passam a orientar as ações no presente e em relação ao futuro iminente, que canalizam a construção pelo Self de posicionamentos e reposicionamentos enquanto tentativas de elaborar tensões dialógicas experimentadas pelos participantes e uma busca de novos sentidos para si e suas relações eu-outro. A pessoa que cumpre pena no método APAC reconstrói suas vivências na sociedade e no presídio em memórias transformadas, em uma síntese criativa das antinomias emergentes da experiência.

Palavras-chave: **Self, Vivência Institucionalizada, Multiplicação Dialógica, Antinomias, Execução Penal APAC.**

INTRODUÇÃO

Este trabalho descreve um estudo de caso sobre as implicações da vivência institucionalizada na construção cultural do *Self* em um sistema prisional no qual a pessoa cumpre sua pena privativa de liberdade, mas também participa da administração da instituição penal, como responsável pela segurança, possuindo acesso às portarias de entrada e saída do regime fechado e semiaberto - um representante de cada respectivo regime se responsabiliza como guardião das chaves.

A pesquisa esteve situada no campo da Psicologia Cultural, em sua vertente semiótico-construtivista (cf. Simão, 2005/2010). Esta área de estudos, dentre outros temas, busca refletir acerca das relações estabelecidas entre o eu e o outro em um mundo sensível (Simão, 2010; Simão, Guimarães, Freitas, Bastos & Sánchez, 2015); os aspectos intra e intersubjetivos constitutivos da pessoa e as negociações e trocas dialógicas que tomam parte nesse processo (Simão, 2010). Dentro dessa área, focalizamos a noção de multiplicação dialógica (Guimarães, 2013) enquanto um recurso teórico e conceitual para esta discussão, uma noção que se articula à filosofia Bakhtiniana da linguagem, à filosofia da alteridade de Lévinas e às contribuições do perspectivismo ameríndio em Antropologia (Viveiros de Castro, 1996; 2004; 2006; Lima, 1996).

O Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia foi proposto originalmente por Simão (2005/2010) numa articulação teórica que envolve as psicologias de Ernest Boesch (teórico que propôs a teoria da ação simbólica, na qual se inclui alguns conceitos, tais como o potencial de ação e os recursos simbólicos), Jaan Valsiner (que traz proposições acerca da Psicologia Cultural, tais como campo cultural heterogêneo, mediadores e reguladores semióticos dos afetos), e Ivana Marková (que discute a tríade dialógica a partir da teoria das representações sociais de Moscovici). Essas psicologias estabelecem um diálogo com proposições hermenêuticas de Gadamer (em especial a noção de ciclo hermenêutico); as noções do dialogismo e alteridade de Bakhtin; e ainda contribuições de fenomenólogos como Bergson, Merleau-Ponty e Lévinas. Dentre os autores clássicos de psicologia, o diálogo da área se dá, predominantemente, com as reflexões de Kurt Lewin, Vygotsky, James e Baldwin.

A área, portanto, coloca diversas perspectivas em diálogo, filosóficas, psicológicas e antropológicas, para as quais os objetos semióticos também se diferenciam, o que aponta para a multiplicação da unidade triádica dialógica na compreensão intersubjetiva do *Self*.

A noção de multiplicação dialógica emergiu na área em um contexto de estudo diferente do tema deste trabalho — focalizando a relação psicologia e povos indígenas — contudo, recorreremos a ela porque é um recorte teórico-metodológico que privilegia a compreensão de conflitos que emergem dos diferentes pontos de vista presentes em campos culturais diversos e que participam da construção do Self. O Self, a partir da noção de multiplicação dialógica, é compreendido como território de tensões dialógicas entre identidades e alteridades, que envolve a articulação de experiências vividas no âmbito interpessoal e intrapessoal.

Do ponto de vista da pesquisa semiótico-construtivista na Psicologia Cultural, as trajetórias de vida do pesquisador e dos participantes podem se assemelhar em algum aspecto, bem como diferenciar em outros, pois cada um apresenta suas trajetórias próprias (Simão *et al.* 2015). Tanto aproximações quanto distanciamentos nas relações eu-outro, podem produzir experiências de ruptura para pesquisadores e participantes, e os resultados dessas experiências vividas podem permitir ou restringir interações entre eles. A elaboração dos significados emergentes em tais situações é uma tarefa importante no processo investigativo por promover uma tríade analítica significativa: experiência vivida, ruptura de expectativas e possibilidades de compará-las ou reinterpretá-las a partir de outras experiências ou teorias (cf. Simão *et al.* 2015). O pesquisador é uma parte incluída nas ações dos participantes, assim como o oposto também é verdadeiro (Bibace, Young, Herrenkhl & Wiley, 1999) em um campo cultural particular.

Também quanto a esse equilíbrio entre aproximação e distanciamento do pesquisador no campo de pesquisa, o pesquisador parte de uma posição que é sempre situada, um pesquisador seletivo, que faz um recorte do objeto de pesquisa, que traz concepções (cf. Gadamer, 2005; Simão, 2010) a partir de sua experiência vivida em um dado contexto histórico e cultural a partir de uma tradição. Entretanto, essas concepções não anulam o Self e nem pressupõe uma neutralidade no campo de pesquisa. Tomando essa concepção de ciclo hermenêutico de Gadamer (2005), a antecipação de sentidos do pesquisador é parte inerente da compreensão hermenêutica, a partir da relação passado-futuro, mas as expectativas derivadas de contextos prévios de experiência podem ser rompidas, uma vez que há uma impossibilidade de repetição idêntica da experiência, abrindo espaço para a emergência do novo. A revisão das expectativas prévias não exclui, portanto, as concepções do pesquisador, mas permite que elas sejam discutidas de forma reflexiva e que permita a reformulação, se necessária, dos próprios conceitos teóricos e metodológicos utilizados ao longo do estudo, fechando-se o ciclo hermenêutico. E o conhecimento a ser

construído na investigação de pesquisa se dá na interação entre pesquisadora e pesquisados, conforme proposto por Valsiner (1998), ao promover afastamentos e aproximações temporários, uma dupla afetação no tecido cultural. Então, a interação pesquisadora-participante no método APAC tornou-se presente na produção de conhecimento nesse contexto institucional, assim como na transformação da própria pesquisadora em interação com os homens privados de liberdade.

METODOLOGIA

Realizamos de um estudo de caso na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), sendo uma unidade masculina, do interior de Minas Gerais (não identificada por critérios éticos), contemplando em 220 horas de participação observante (Bastien, 2007; Malfitano & Marques, 2011), um recurso metodológico utilizado para descrever e analisar as relações concretas no âmbito da instituição penal APAC.

A participação observante se coloca como uma metodologia adequada para: 1- necessidade de sublinhar um contato particularmente prolongado, dentro de um grupo, bem como pela busca por originalidade do estudo; 2-pelas características particulares do campo de estudo; 3- por uma participação intensa do pesquisador em campo; 4-pelo comprometimento e envolvimento intencional no campo de pesquisa, não sendo um observador frio, mas ao se colocar como um ator de um evento ou parte de um processo em curso no campo investigado (Bastien, 2007).

Essa metodologia de estudo favoreceu a observação das relações interpessoais concretas na rotina institucional, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com os participantes em cumprimento de pena, membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS), seus familiares, voluntários, funcionários, egressos e operadores do Direito.

A instituição que sediou o estudo de caso

A APAC é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, uma Associação pela qual a comunidade envolvente participa da gestão institucional em conjunto com o Tribunal de Justiça local e estadual, a partir do gerenciamento e fiscalização dos convênios de subvenção recebidos do governo do Estado. A APAC não se identifica como prisão de origem Parceria Público Privada (PPP), não é administrada por uma instituição religiosa, bem como

não corresponde ao cumprimento de penas alternativas. Cabe à pessoa sentenciada - pois a APAC não recebe presos provisórios - solicitar vaga no sistema prisional APAC, por advogado ou própria autoria de pedido, independentemente da tipologia do crime ao qual responde sentença privativa de liberdade. O número de vagas oferecidas depende da capacidade da instituição mais próxima do núcleo familiar da pessoa (Ottoboni, 1997/2001; Ferreira, 2016). A implantação do método APAC emerge do interesse e da solicitação da comunidade local em obter um presídio com metodologia alternativa, ou seja, sem guardas e armas, em um local próximo ao centro da cidade, a partir de discussões e planejamentos com a sociedade civil por meio de sucessivas audiências públicas. Para comparecimento a estas audiências, são convidados os representantes das associações de bairro, das instituições públicas e rede socioassistencial envolvida na possibilidade de uma inserção social da pessoa que cumprirá pena, bem como na prática de assistência aos seus familiares, com vistas ao fortalecimento de vínculo durante o cumprimento da pena.

Procedimentos e instrumentos utilizados no estudo de caso

Foram realizadas 12 visitas à APAC, realizadas no período entre julho de 2015 a julho de 2016, com uma frequência mensal. A pesquisadora permanecia na instituição e acompanhava as atividades internas no período entre 8h00 e 16h00, aos domingos (visitas familiares) e segundas-feiras. A presente pesquisa também contou com acesso ao regime disciplinar, documentos de acervo da Instituição APAC e Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), órgão fiscalizador das APAC's, sobre essa metodologia de execução penal. O registro das informações foi feito em um diário de campo. Dezoito pessoas (homens privados de liberdade e seus familiares, egressos, voluntários, funcionários, juiz, diretoria e integrantes do Conselho de Sinceridade e Solidariedade) participaram da pesquisa, perante consentimento prévio.

A partir dos dados empíricos construídos no contexto institucional, a seleção do conteúdo para a discussão foi realizada partindo da noção de campo-tema (cf. Spink, 2003), enquanto um campo co-construído ao longo da pesquisa e na relação pesquisador-entrevistado e não um lugar físico ou estático. Neste trabalho, apresentaremos apenas recortes de dados empíricos de uma pesquisa maior que resultou em uma tese de doutorado, denominada “a construção cultural do Self em um contexto de execução penal de metodologia alternativa”, defendida em novembro de 2018, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

(Miranda, 2018). Também não pretendemos realizar comparações entre sistemas prisionais ou entre outras políticas públicas no âmbito da justiça criminal.

Para análise dialógica interpretativa, identificamos as antinomias (Wertsch, 1993) que emergiram das experiências vividas com os participantes em três campos-tema (cf. Spink, 2003): relações interpessoais, relações intrapessoais, e relação APAC-sistema prisional convencional. As antinomias são polaridades, distinções que a linguagem nos propicia, as oposições, as dualidades e suas expressões na dialogicidade e que permeiam as relações intra e intersubjetivas (Marková, 2003).

Discutir como as antinomias se fazem presentes nesse processo de construção cultural do *Self*, a partir da compreensão de uma vivência institucionalizada e das relações sociais concretas que se dão nessa Instituição, favoreceu a compreensão de como o *Self* articula tais polaridades em suas dimensões intra e intersubjetivas em uma perspectiva dialógica.

RESULTADOS: APRESENTAÇÃO DE UM RECORTE DE DADOS EMPÍRICOS

A experiência institucionalizada na execução penal APAC e as diversas antinomias que se apresentam para o *Self* da pessoa que cumpre pena, nas vivências durante as visitas à instituição APAC, possibilitaram uma reflexão sobre uma experiência institucionalizada na vida cotidiana, para além dos muros das instituições penais.

A seguir, a linguagem em primeira pessoa do singular será usada para narrar o que foi observado pela pesquisadora em campo durante a participação observante, recortes acerca da interação pesquisadora-participante, bem como das relações interpessoais no contexto institucional.

Durante o mês de julho de 2015, eu permaneci no município que sedia a instituição por quatro dias. Visitei diariamente a APAC (unidade masculina), observei as relações entre pessoas em cumprimento de pena, bem como entre elas e os funcionários, durante as atividades laborais. Após esse horário, não é permitida a permanência de pesquisadores na instituição, pois inicia-se o período de lazer, jantar e descanso.

No primeiro dia de visitas, 28 de julho de 2015, conheci a estrutura física da instituição, composta por três espaços independentes e isolados fisicamente um do outro: regimes fechado, semiaberto e aberto; além do setor administrativo, sala de computadores, biblioteca, sala para os inspetores de segurança; e área extramuros: quadra esportiva, jardim, horta, fábrica de blocos e oficina de solda industrial. Fui apresentada às pessoas em cumprimento de pena de cada regime pelo encarregado de segurança no intervalo do almoço. Durante essa apresentação, o encarregado me

descreveu como voluntária da APAC que participou de sua fundação em 2005 e como pesquisadora da Universidade de São Paulo.

Uma pessoa do regime fechado gentilmente me perguntou se poderia me fazer uma pergunta e eu afirmei positivamente. Ele olhou fixamente nos meus olhos e disse:

“Me desculpa perguntar, mas eu ainda não consegui entender. Por quê uma moça que mora em São Paulo, com uma vida corrida, cheia de coisas para fazer, viaja 500 km e vem passar a sua semana de férias com preso? Não entendo isso! Você poderia viajar, passear... e você está aqui, passando suas férias com preso? (sic)”.

[28 de julho de 2015, Diário de Campo. Comunicação pessoal]

Fiquei atenta à pergunta dele e expliquei a minha experiência com a APAC, em sua fundação no ano de 2005, quando era uma estagiária de Psicologia, bem como os meus objetivos com a presente pesquisa. Alguns homens privados de liberdade também questionaram se eu não estava “perdendo meu tempo” e eu mencionei que essa experiência era muito importante para mim, para compreender as relações interpessoais dentro de uma instituição de execução penal e suas implicações no desenvolvimento da pessoa. Aos poucos, muitos se aproximaram para conversar comigo, contar da família, da saudade dos familiares, mostrar fotos dos filhos e comentar sobre suas profissões.

Eu me deparei com inúmeras perguntas das pessoas que cumprem pena e funcionários da APAC sobre as razões de meu interesse em realizar um estudo na APAC e curiosidades sobre a minha rotina de vida em uma metrópole como São Paulo. Alguns dos homens privados de liberdade, no regime fechado, também perguntaram sobre meus estudos, o que eu fazia, se não era uma cidade violenta e como era para mim estar ali entre eles. Eu me senti a entrevistada, mas não me incomodei com isso e respondi ao que eles perguntavam, sem entrar em detalhes de minha vida privada. Penso que a minha presença tenha proporcionado uma inquietação a eles e que tenha sido uma experiência de alteridade, pois ainda que eu tenha respondido a todos os questionamentos, eu me colocava como outro desconhecido, cujo acesso, por meio de minhas narrativas, seria sempre incompleto¹.

Nestas visitas, destacaram-se três principais antinomias:

- Desinteresse da população civil em participar do sistema prisional x valorização da pessoa acerca do sistema prisional APAC e de seu contexto de relações familiares e interpessoais: O discurso “perder seu tempo com um preso” configura uma voz sociocultural de exclusão internalizada pelos homens privados de liberdade, decorrente de uma representação social acerca das relações estabelecidas com a pessoa que cumpre pena privativa, e da historicidade da construção das penas, a partir de uma compreensão que o tempo dedicado a ela é perda de tempo para a comunidade local (não raro, apenas as esposas e mães visitavam os homens presos, assim como se afirma nos estudos de Cabral & Medeiros,

¹ Para maiores aprofundamentos, ver a noção de relação Ego versus Alter (cf. Marková, 2006; Bakhtin, 1997).

2014) e, assim, se inquietavam com a atitude de quem se coloca em uma posição de ruptura com essas concepções.

- Desproteção x sensação de proteção por parte da pesquisadora dentro do sistema prisional APAC: Neste contexto prisional, diferentes perspectivas socioculturais acerca dos sistemas prisionais e das relações entre comunidade e pessoas que cumprem pena se fazem presentes, viabilizando o sentir-se protegida como uma ruptura com a perspectiva macrossocial de entendimento do sistema prisional como um local impróprio para o convívio da sociedade.

- Pesquisadora entrevistadora x pesquisadora entrevistada: Essa troca temporária de papéis entre pesquisadora e participantes da pesquisa configura um compartilhamento de experiências dialógicas, uma troca de pontos de vista e de posições no diálogo bem como tensões acerca do fenômeno estudado que a metodologia dialógica e de participação observante valoriza, uma vez que esses processos dialógicos nas relações eu-outro favorecem a construção de conhecimento.

Em 28 de setembro de 2015, outra pessoa em cumprimento de pena, também do regime fechado, me perguntou como era meu cotidiano de vida em São Paulo, onde eu trabalhava, como era o deslocamento, o transporte público. Contei um pouco do deslocamento diário de minha residência até o local de trabalho via transporte público, cerca de 1:30h. Então, ele disse:

Bom... então eu tenho mais qualidade de vida que você! Eu aqui na APAC tenho café da manhã no horário correto. Tenho mais de oito horas de sono por dia. Trabalho menos de seis horas ao dia e ainda consigo tirar um cochilo depois do almoço!" ... Você é feliz desse jeito, com essa vida? Porque eu não queria essa vida para mim não! Trabalhar tanto, estudar, dormir pouco e passar quase três horas do seu dia em transporte lotado! (sic).

[28 de setembro de 2015, Diário de campo. Comunicação pessoal]

Eu me pus a pensar nesses aspectos, pois, afinal: A pessoa em cumprimento de pena descreveu que ele tem melhor qualidade de vida do que outra pessoa, apesar de estar preso. Esse aspecto desconhecido e impensado para mim enquanto pesquisadora até então me produziu tensões a partir do rompimento de uma expectativa prévia de que o aprisionamento fosse fruto de uma instituição penal e de uma privação de liberdade, mas comecei a construir novas perspectivas a partir do diálogo com essas pessoas, pois as pessoas livres de penas judiciais podem se sentir aprisionadas em outros lugares como em grandes cidades ou mesmo profissionalmente e afetivamente, ao possuir uma vida também institucionalizada.

Constatei que, a partir destas narrativas, que uma pessoa privada de liberdade, por sua vez, também pode se sentir livre enquanto pessoa, no campo da imaginação ou da percepção, pois está privado temporariamente apenas de conviver com a sociedade, de ir e vir, e não de pensar, sentir e relacionar-se consigo e com o outro. Acreditar que

a pessoa que cumpre pena não tem bons momentos faz parte do percurso histórico de construção da prisão como pena e de um imaginário social em que as prisões são insalubres e não resguardam os direitos das pessoas que ali estão. Então eu me deparei com outros modos de aprisionamento e institucionalização da vida para além dos muros das instituições penais, pois percebi que para além dos muros das instituições penais existe um viver institucionalizado. Afinal, a rotina de vida das pessoas dentro e fora das prisões é balizada por regras, normas, horários, obrigações, expectativas. A carreira acadêmica nos toma horas e horas de trabalho, nos coloca datas e preceitos normatizados para a escrita e para os preceitos de um texto científico, nos canaliza para o cumprimento de prazos e entrega de relatórios de pesquisa em datas pré-agendadas. Ser pesquisador e professor também pressupõe uma vida institucionalizada, ainda que meu direito de ir e vir não esteja em risco ou confiscado. Portanto, a partir dessa inquietação, não me refiro a vivência institucionalizada apenas no contexto das chamadas instituições totais, como nos manicômios, prisões e conventos descritas por Goffman (1961) como instituições que sequestram a subjetividade, mas das instituições nossas de cada dia que regem e normatizam o cotidiano.

A partir da noção de redundância em Valsiner (2007a), compreendemos que nossos corpos são submetidos a diversas balizas e canalizações institucionais, sendo disciplinados de maneira redundante, em um sistema aberto que também nos permite uma autonomia relativa, mecanismos que canalizam nossas ações para um dado resultado e objetivo esperado pelas instituições que guiam o viver em sociedade. A experiência singular da pessoa extrapola essas formas de cristalizadas dos modelos prisionais. O que a pessoa faz com a vivência no presídio? Ele a transforma em um viver com qualidade, em detrimento da reclusão e valoriza que possui mais qualidade de vida que outras pessoas em liberdade, segundo a perspectiva dele. Este viver institucionalizado, portanto, também permite a canalização dos potenciais de ação² em uma ou outra direção pela pessoa dentro e fora do presídio.

No estudo da vivência institucionalizada singular no método APAC do estudo de caso, tomando o campo-tema ‘relações interpessoais’, foram identificadas as seguintes antinomias (Miranda, 2018; Miranda & Guimarães, 2019):

- 1- o trabalho como remição de pena e capacitação profissional x o trabalho recebendo sentido de um castigo;
- 2- a religião como atribuição de sentido para a vida x a religião como valor simbólico de uma invasão da privacidade, haja vista que a instituição permite que toda pessoa que professa uma religião receba seu apoio espiritual e religioso durante o período

² O potencial de ação (Boesch, 1991) diz das possibilidades de ação das pessoas, a partir da constituição de objetivos e planos de execução desta em uma ou outra direção no futuro.

de prisão, conforme prevê a lei penal, promovendo a convivência com a diversidade religiosa;

- 3- a colaboração e o compartilhamento de experiências (cuidados com saúde e aparência física, como cortar cabelo, barbear o colega; companheirismo, apoio emocional) entre os homens privados de liberdade x uma relação interpessoal conflitiva no cotidiano institucional (divergência nas preferências de time de futebol, religião, hábitos diários);
- 4- seguir as normas da instituição x construir as premissas do próprio dormitório;
- 5- ser membro do Conselho disciplinar de cada regime x ser também uma pessoa que cumpre pena (precisar delatar o colega de dormitório que descumprir normas, como entrada de celular ou outros objetos não autorizados);
- 6- o desejo de estar próximo dos familiares nas visitas x receios quanto a não ser aceito por esses familiares ao assumir que está preso (muitos relataram que não contaram para toda a família, em especial para pais idosos, que estavam presos, visando manutenção da saúde do membro familiar);
- 7- distanciamento afetivo-familiar x tentativa de manter vínculos afetivos durante a pena (receios quanto a levar sofrimento para os familiares);
- 8- ser membro do grupo das pessoas que estão presas x colocar-se como membro do grupo dos egressos, quando se aproxima a possibilidade de progressão de regime ou liberdade condicional (pensamentos verbalizados acerca de ansiedade e desejo de fuga, quando a pena está para findar-se).

Estas antinomias formam resumidas em três antinomias-tema: colaboração e 1-compartilhamento de experiências x conflitos interpessoais e afastamentos nas relações; 2-contribuir com o método de execução penal x preocupar-se consigo e sua redução de pena; 3-posições pessoais x posições institucionais. Para integrar essas antinomias ao Self, os entrevistados e participantes da observação em campo recorrem aos seguintes aspectos expressivos: estudo como estratégia de retorno para a sociedade; valorização do trabalho como estratégia para fortalecimento de vínculo familiar e retorno à vida comunitária; resgate de vínculo afetivo-familiar.

Tais processos podem ser mais bem descritos em um binômio **colaboração – individualidade**. As canalizações de ações pelo do Self se dão de modo a sustentar a coletividade e o interesse dos colegas de dormitório que, muitas vezes, conflitam com os interesses pessoais, ora decidir por preservar sua individualidade e arcar com situações de desentendimentos entre eles, principalmente quanto a higiene, pertences e hábitos religiosos.

Em muitos relatos dos entrevistados, esse binômio se coloca presente, sugerindo um conflito intra e intersubjetivo, evocando valores morais e éticos anteriores e atuais à prisão.

Esses conflitos, do ponto de vista dialógico, não são maléficos ao Self, uma vez que favorecem uma mudança de posição no diálogo e nos papéis, um reposicionamento e um amadurecimento afetivo-cognitivo. A questão que se coloca para o Self é quando e como mediar e atribuir sentido para todas essas antinomias e aspectos expressivos que emergem nas relações interpessoais. O compartilhamento intenso de espaço físico e, por consequências, do espaço de intimidades, também pode causar sofrimento, uma vez que no ambiente institucional prisional, há pouca privacidade para ficar só, pensar, chorar.

No sistema prisional APAC, os colegas do regime fechado, decidiram na reunião prisional mensal, estabelecer como regra que: ao encontrar um colega chorando no quarto, deveriam oferecer ajuda, mas se retirar para dar privacidade à pessoa, deixando claro que estariam disponíveis para conversar. Isto é possível no método APAC, porque os dormitórios ficam abertos durante todo o dia, e os homens privados de liberdade podem circular e tomar sol, tomar água diretamente da geladeira ou preparar o próprio lanche, quando quiser, manusear talheres, objetos da cozinha para preparo de bolos, pães, dentre outros procedimentos culinários.

DISCUSSÕES

Recorremos ao teórico Baremlitt, que discute a noção de instituição, bem como as trocas e possibilidades de movimentos e ações institucionais transformativas e práticas cristalizadas no âmbito institucional. Entretanto, não se pretende realizar aqui uma análise institucional segundo Baremlitt, mas estabelecer um diálogo teórico-metodológico entre suas reflexões e outras, presentes no Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia, que permitem uma reflexão teórica crítica das relações dialógicas na construção do Self, buscando avançar no estudo das tensões dialógicas e interpessoais presentes na instituição, e como essas múltiplas perspectivas institucionais na rede de relações que compõe a Instituição tornam-se dimensões constitutivas do Self da pessoa inserida nesse contexto.

Segundo Baremlitt (1996), o Movimento Institucionalista compreende a sociedade como “uma forma organizada de associação humana” (p.27). Apesar da existência de diferenças doutrinárias de uma escola institucionalista para outra, a sociedade é descrita como uma rede, um tecido de instituições. As instituições, nessa abordagem, “são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser

leis, podem ser normas e, quando não enunciadas de maneira manifesta, podem ser pautas, regularidades de comportamentos” (Baremlitt, 1996. p. 27). Essas normas e pautas também podem ser compreendidas como objetivações de valores. As leis e códigos, em geral, são escritos. Entretanto, não é necessário que tais normas estejam organizadas desse modo, *a priori*, elas podem ser transmitidas verbalmente ou nas práticas profissionais.

Para Baremlitt (1996), as lógicas significam a regulação (no sentido de normatizar a vida) e caracterização de uma atividade humana. Então, não é preciso que se tenha uma estrutura física, a princípio, para ser considerada uma instituição, mas representar um conjunto de normas e lógicas que regulam o comportamento. Portanto, a exemplo, temos a instituição linguagem, as instituições de regulamentação do parentesco, da educação, da religião e as instituições de Justiça. As estruturas físicas são os estabelecimentos das instituições. As instituições podem se materializar em dispositivos concretos, as organizações, ou também em um grande complexo organizacional como os ministérios, a exemplo do Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda; ou até mesmo em pequenos estabelecimentos; e são sinônimos da existência de uma coletividade humana (Baremlitt, 1996).

A respeito do processo de transformações nas instituições, segundo Baremlitt (1996), podem se distinguir duas vertentes, instituinte e instituído. As forças produtivas dos códigos institucionais que levam a transformações profundas nas instituições formam a vertente instituinte. Já a vertente instituída é o efeito da atividade instituinte, o resultado. A atuação conjunta do instituinte e do instituído ocorre por entrelaçamento, uma interpenetração, cada um deles atua no outro, pelo outro, para o outro e desde o outro (Baremlitt, 1996). Essa interpenetração que reproduz as utopias, via conservadorismo, chama-se atravessamento, e a interpenetração em relação ao instituinte, às transformações revolucionárias e criativas, denomina-se transversalidade. “Quando há uma prevalência do instituído, as instituições e seus estabelecimentos capturam os processos de subjetivação singulares, impondo-lhes seu próprio modelo através da centralidade do poder, do saber, do dinheiro, do prestígio, da disseminação da culpa” (Pereira, 2007, pp.7-8). Já, quando há forças instituintes “tem-se a possibilidade de produção de novos agenciamentos, novas composições e arranjos próprios de subjetividades livres e desejanter” (Pereira, 2007, p. 8). Essas vertentes, instituinte e instituído, se complementam e promovem fluxos circulares de transformações nas instituições e nas interações institucionais, que, por sua vez, são constitutivos da subjetividade das pessoas envolvidas em tais processos.

O movimento institucionalista de Baremblytt se concentra na compreensão da origem e do material histórico da instituição como premissa para se reconstruir o passado e assim auxiliar o entendimento de como este se faz presente na instituição e determina o seu futuro (Pereira, 2007). Portanto, possibilita a discussão de como ocorrem os processos conflitivos e contraditórios no campo institucional. Essa busca de compreensão da historicidade e de seus efeitos nos processos e movimentos institucionais também pode ser incluída em um diálogo em uma abordagem cultural construtivista de pesquisa na qual o tempo e a historicidade são entendidos como reguladores semióticos da experiência (Valsiner, 2012a). O tempo e a historicidade, enquanto reguladores do fluxo da experiência institucionalizada podem ser explorados no contexto concreto da situação focalizada desta pesquisa (estudo de caso), e favorecer uma tentativa de diálogo mínimo entre a vertente semiótico-construtivista e as reflexões e contribuições do movimento institucionalista de Baremblytt. Não se trata aqui de traduzir um termo de uma área do conhecimento para outra, mas tentar promover um diálogo considerando objetos diferentes nessa discussão teórica.

O instituinte pode ser compreendido como um possível potencial de ação. A partir da teoria da ação simbólica de Boesch (1991), entende-se que a experiência vivida em um determinado momento evoca antecipações na reflexão generalizante que atuam na constituição do potencial do sujeito para agir em determinada direção. Essas ações, motivadas por uma sensação de desencaixe, se guiam por uma distinção entre causa (passado) e objetivo (futuro). Se ele implica em revisão e possível mudança de práticas cristalizadas na instituição, a partir de uma sensação de desencaixe, podemos pensar em uma experiência inquietante (cf. Simão, 2015) que faz emergir um planejamento de ações em outras direções e para outros cursos de ação ao longo da vida da pessoa a partir da experiência institucionalizada.

Ao tentar trazer esses aspectos no diálogo com o Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia, também é possível trazer para discussão a noção de bidirecionalidade nos processos culturais e de socialização, elaborada por Valsiner (2012a), e pela qual se compreende que a pessoa transforma e é transformada por esses aspectos culturais. Segundo Valsiner (2012a), cada pessoa interage e transforma ativamente as mensagens comunicativas recebidas pelo outro, e a partir dessas, integra o conteúdo destas em seu repertório ou base cognitiva e afetiva que, também, poderá sofrer transformações no decorrer dessas operações. Desse modo, tanto os atravessamentos como as transversalidades podem tomar espaço institucional conjuntamente nas negociações e trocas estabelecidas com os diferentes atores institucionais uma vez que se interpenetram no cotidiano das relações institucionais. Compreendemos que em ambas as vertentes podem emergir tensões dialógicas nas relações

eu-outro. Por um lado, emergem tensões e conflitos a partir dos processos de subjetivação capturados pelo movimento instituído, e, concomitantemente, quando as estratégias conservadoras de poder são questionadas pelo movimento instituinte, outras tensões também podem emergir no diálogo.

Sobre o papel das Instituições na construção do Self, são recentes os estudos em Psicologia, principalmente em Psicologia Cultural, que se atentam para essa temática, como Grossen e Salazar Orvig (2011); Moore, Jasper & Gillespie (2011).

Grossen e Salazar Orvig (2011) afirmaram que as pesquisas sobre o Self dialógico (a partir de Herman, Kempen e van Loon, 1991) se concentraram na instabilidade do Self e adicionaram, por outro lado, a análise dos aspectos sociais compreendidos na estabilidade constitutiva do Self. Esses teóricos argumentaram que a estabilidade do Self é alimentada por valores, normas, objetos materiais e instituições, uma vez que estes são partes integrantes de uma interação, de um enunciado e até mesmo de uma autorreflexão, ao garantir ao Self uma ancoragem em instituições relativamente estáveis.

Moore, Jasper & Gillespie (2011), por sua vez, partiram do estudo de Grossen e Salazar Orvig, e agregaram ao debate sobre estabilidade e instabilidade do Self o conceito de 'enquadramento' (frames) de Goffman (1974), que compreende aspectos históricos, institucionais, materiais e culturais. Goffman (1974) defende que os enquadramentos ajudam a compreender a "organização da experiência" da pessoa (p. 13). Os enquadramentos/ 'frames' permitem às pessoas "localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas definidas em seus limites" (1974, p.21). Para Moore, Jasper & Gillespie (2011), "os enquadramentos são institucionais, mas também estruturam dimensões interpessoais e intrapessoais" (p.513).

Moore, Jasper & Gillespie (2011) acrescentaram ao estudo de Grossen e Salazar Orvig que a estabilidade das instituições não se traduz linearmente na estabilidade do Self, mas, ao contrário, pode também fornecer uma base para a instabilidade e tensões dialógicas no Self. Moore, Jasper & Gillespie finalizaram seu estudo utilizando o conceito de enquadramento para distinguir a estabilidade produzida por um conjunto de expectativas, dentro de um enquadramento, da instabilidade peculiar e das tensões dialógicas que resultam da incorporação de enquadramentos contraditórios, sendo tanto as estabilidades quanto as instabilidades constitutivas do Self. Concluíram que o conceito de enquadramento torna visível a simultânea estabilidade e dialogicidade do Self.

A partir da argumentação teórica-conceitual de Moore, Jasper & Gillespie (2011, p.511):

[...] a ancoragem do self em instituições relativamente estáveis explica a estabilidade do self. O self é construído na interação social, mas isso não significa que o self seja à deriva em um mar de interações em constante mudança, renascer de novo em cada interação. Pelo contrário, a maleabilidade do self é ancorada por objetos materiais e restritos dentro de padrões institucionalizados de interação.

Moore, Jasper & Gillespie também discutem que “as interações sociais não começam com os indivíduos, mas com o que socialmente dado e preexistente nos contextos históricos e culturais em que as pessoas são convidadas a habitar” (2011, p. 510). Também nesse sentido, Salgado e Clegg (2011) apontam que o *Self* é “evento, agência e, portanto, fundamentalmente único, bem como fundamentalmente incorporado em um mundo simbólico, material, sociocultural” (p. 430).

Essa instabilidade e estabilidade do Self remete também aos atravessamentos e transversalidades em Barembliitt (1996). Se os atravessamentos canalizam conservadorismo, eles nos guiam para uma estabilidade no fluxo da experiência institucionalizada, a partir de valorações rígidas e práticas cristalizadas, e a uma estabilidade da ação a partir de um enquadramento. Entretanto, se ocorrem transversalidades, fruto de um movimento da vertente instituinte, temos uma instabilidade do Self que promove mudanças, tensões dialógicas nas relações institucionais e, então, podemos falar em dialogicidade de pensamentos e ações entre enquadramentos diferentes no contexto institucional. Pela perspectiva do movimento instituído de Barembliitt, pode ocorrer uma captura da subjetividade da pessoa, com a imposição de um modelo próprio de poder para o Self, que anularia a dialogicidade nas relações institucionais. Do ponto de vista de Moore, Jasper & Gillespie (2011), o Self pode se ocupar de um ou mais enquadramentos simultaneamente, o que favorece a emergência de tensões dialógicas e de um discurso dialógico nas relações interpessoais e institucionais.

Nestes contextos interpessoais, emergem os diversos modos de poder que se colocam nas relações eu-outro no campo institucional. A visão foucaultiana diz de um sentido de poder que emerge de um conjunto de relações, algo simbólico, invisível aos processos descritivos de relações de dominação e atribuição de cargos governamentais para uma pessoa ou outra, mas que circula e não está nas mãos de um indivíduo determinado, algo que transita por nós, mas regulando nossas ações e relações, bem como as estratégias utilizadas para o poder (Foucault, 1987). E nesses movimentos e circulações, o poder dá materialidade às coisas e aos processos de controle, o que favorece o surgimento dos dispositivos disciplinares, mas que não se reduzem a uma ideologia, mas a instrumentos de formação e acúmulo do saber. O poder é manifesto nas relações cotidianas, um poder simbólico que vai além da noção de um poder dominador. Discutimos aqui o poder, a partir de Foucault (1987), como um movimento, um

ritmo, que não é estático, e que não negligencia os processos de resistência, mas os compreende como formas de poder capilarizado, distribuídas entre as pessoas e pelas pessoas no conjunto de relações.

Esta noção de poder nos permite compreender e analisar não as funções de uma instituição, governo ou instância jurídica, mas realizar uma análise sociogênica das formas e manifestações de poder compartilhadas com os indivíduos num contexto delimitado historicamente. Assim, Foucault (1987) propõe novas formas de estudo para os problemas teóricos e sociais ao dizer de um deslocamento metodológico das análises institucionais para uma perspectiva de análise mais global, no sentido de apreender as tecnologias de poder utilizadas pelas instituições, de modo que se perceba o entorno, a contextualização histórica e cultural que se faz presente na temática a ser interpretada e discutida, permitindo o avanço nas discussões trazidas pela da visão de Baremlitt.

A partir dos aprofundamentos iniciais nas noções teóricas de poder e processos de subjetivação em Foucault (1987), Baremlitt (1996), Moore, Jasper & Gillespie (2011), este estudo propõe uma reflexão sobre o modo de subjetivação que se constitua como uma forma de articulação entre aspectos históricos, culturais e afetivo-relacionais relacionados à experiência institucional e às relações de poder que imperam sobre o Self no contexto singular da vida cotidiana, aqui proposto como *Self institucional*, enquanto uma tentativa de compreender como o Self integra, ressignifica ou resiste a esses processos e circuitos de poder na rotina diária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além os muros das instituições penais, as pessoas compartilham significados da experiência com a sociedade, constituindo a cultura coletiva (Valsiner, 2012a), e internalizam e significam tais aspectos na cultura pessoal (Valsiner, 2012a). A experiência singular dessas pessoas extrapola as formas mais cristalizadas de um viver institucionalizado e os recursos semióticos emergem para dar sentidos diversos a experiência. Na busca por resoluções integrativas da experiência ao Self, emerge um outro modo de subjetivação, construído em contextos relacionais e institucionais na vida cotidiana que se baliza por valorações e direcionamentos histórico-culturais, mas que se constitui em um sistema aberto que lhe favorece autonomia para transformar as experiências vividas em processos e rituais criativos, mais facilmente elaborados pela pessoa, em um movimento constante de transformação simbólica. Então, propõe-se a noção de *Self Institucional*, enquanto um constructo teórico

próprio na dinâmica de compreensão do Self que contempla as dimensões institucionais, uma noção a ser aprofundada em estudos posteriores.

Entender essas tensões dialógicas na experiência institucionalizada na vida cotidiana, que emergem para o Self da pessoa que cumpre pena, potencializa a emergência de novos aspectos teóricos e metodológicos no aprofundamento das noções conceituais da área de pesquisa (Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia), bem como avanços no diálogo com outras áreas do conhecimento, uma vez que o Self se constrói no plano histórico-cultural, afetivo-cognitivo e relacional-social das experiências singulares que emergem da vida cotidiana e que se articulam aos processos de construção de sentidos e ações simbólicas que potencializam o curso da ação em uma ou outra direção ou a um reposicionamento do Self diante dos conflitos e tensões dialógicas nas relações eu-outro no contexto institucional.

Os aspectos institucionais e os conflitos dialógicos na instituição podem restringir ou favorecer o potencial de ação das pessoas durante a experiência institucionalizada. No contexto institucional APAC, observou-se a construção de sistemas de valores, que passam a orientar as ações no presente e em relação ao futuro iminente, que canalizam a construção pelo Self de posicionamentos e reposicionamentos enquanto tentativas de elaborar tensões dialógicas experimentadas pelas pessoas. A pessoa que cumpre pena no método APAC reconstrói suas vivências na sociedade e no presídio em memórias transformadas, em uma síntese criativa das antinomias emergentes da experiência

Referências

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos. 1996.

BASTIEN, S. Observation participante ou participation observante? Usages et justifications de la notion de participation observante en sciences sociales. **Université de Caen Basse-Normandie**, v. 27, n.1, 2007, pp. 127-140. ISSN 1715-8705 - <http://www.recherche-qualitative.qc.ca/Review.html>.

BIBACE, R., YOUNG, S., HERRENKEHL, L., & WILEY, A. An introduction to partnership in research: Changing the researcher-participant relationship. In R. Bibace, J. J. Dillon, & B. Dowds (Eds.), **Partnerships in research, clinical and educational settings** (pp. 3–14). Norwood, NJ: Ablex. 1999.

BOESCH, E. E. **Symbolic action theory and cultural psychology.** Berlin- Heidelberg: Springer-Verlag. 1991.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado. 1988.

CABRAL, Y. T.; MEDEIROS, B. A. de. A família do preso: efeitos da punição sobre a unidade familiar. **Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate**, v. 2, n. 1, pp. 50-71, 2014.

FERREIRA, V. A. **Juntando os cacos, resgatando vidas: valorização humana- base do método APAC e a viagem ao mundo do prisioneiro: psicologia do preso**. Belo Horizonte: O lutador. 2016.

FOUCAULT, M. (1987). **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. (L. M. P., Vassalo Trad.). Petrópolis: Vozes. 1987.

GADAMER, HANS-GEORG. **Verdade e método**. F. P. Meurer & E. P. Giachini (Trad.). 7. ed. Petrópolis: Vozes, Bragança Paulista: EDUSF. 2005.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. **Coleção debates**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1961.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: An essay on the organisation of experience**. New York: Harper and Row. 1974.

GROSSEN, M., & SALAZAR ORVIG, A. Dialogism and dialogicality in the study of the self. **Culture & Psychology**, v. 17, n.4, pp. 491–509, 2011.

GUIMARÃES, D. S. Self and dialogical multiplication. **Interacções**, 24, pp. 214-242. 2013.

GUIRADO, M. **Psicologia Institucional**. São Paulo: EPU. 2012.

HERMANS, H.J.M, KEMPEN, H.J.G., & VAN LOON, R.J.P. The dialogical self: Beyond individualism and rationalism. **American Psychologist**, v. 47, pp. 23-33, 1992.

LEI No. 7210, DE 11 DE JULHO DE 1984. Lei de Execução Penal Brasileira. Presidência da República. Casa Civil. (1984). Acesso em 02 de abril de 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm.

LIMA, T. S. O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia **Tupi**. **Mana**, v. 2, n. 2, pp. 21-47, 1996.

MALFITANO, A. P. S. & MARQUES, A. C. R. A entrevista como método de pesquisa com pessoas em situação de rua: questões de campo. **Revista Cadernos de Terapia Ocupacional**, Universidade Federal de São Carlos, v. 19, n. 3, pp. 289-296, 2011.

MARKOVÁ, I. Constitution of the self: intersubjectivity and dialogicality. **Culture & Psychology**, v. 9, n. 3, pp. 249-259, 2003.

MIRANDA, S. L. A construção de sentidos no Método de Execução Penal APAC. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 27, n.3, pp. 660-666, 2015.

MIRANDA, S. L. A construção cultural do Self em um contexto de execução penal de metodologia alternativa. **Tese Parcial de Doutorado**. Instituto de Psicologia: USP/São Paulo. 2018.

MIRANDA, S. L. & GUIMARÃES, D. S. Relações interpessoais e trocas dialógicas na execução penal de metodologia alternativa. **Avances en Psicología Latinoamericana / Bogotá (Colombia)**. v. 37, n. 3. pp.391-406, 2019. / ISSN2145-4515.

MOORE, H.; JASPER, C. & GILLESPIE, A. Moving between frames: the basis of the stable and dialogical self. **Journal Culture & Psychology**, v. 17, n. 4, pp. 510-519, 2011. doi: 10.1177 / 1354067X11418542

OTTOBONI, M. **Ninguém é irrecuperável: APAC, a revolução do sistema penitenciário**. São Paulo: Editora Cidade Nova, 2001. (Trabalho original publicado em 1997).

SALGADO, J., & CLEGG, J. Dialogism and the psyche: Bakhtin and contemporary psychology. **Culture & Psychology**, v. 17, n. 4, pp. 421–440, 2011.

SIMÃO, L. M. **Ensaio dialógico: compartilhamento e diferença nas relações eu-outro**. São Paulo: Hucitec. 2010.

SIMÃO, L. M. ; GUIMARÃES, D. S. ; FREITAS, D. F. C. L. ; BASTOS, S. ; SANCHÉZ, H.. **Researcher-Participant Relationships in Different Settings: Theoretical and Methodological Issues Within the Framework of Semiotic-Cultural Constructivism**. In: Meike Watzlawik; Alina Kriebel; Jaan Valsiner. (Org.). Particulars and Universals in Clinical and Developmental Psychology: Critical Reflections - A book honoring Roger Bibace. Charlotte, NC: Information Age Publishing, pp. 247-269, 2015.

SIMÃO, L. M. Culture as a Moving Symbolic Borders. **Integrative Psychological and Behavioral Science**. Online First, 2015. Doi 10.1007/s12124-015-9322-6.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-constructivista. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Psicologia & Sociedade**; v.15, n. 2, pp.18-42, 2003.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. **A execução penal à luz do método APAC** (J. R. Silva Org.). Belo Horizonte: TJMG. 2011.

VALSINER, J. **The guided mind: A sociogenetic approach to personality**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

VALSINER, J. **Culture in minds and societies: Foundations of cultural psychology**. New Delhi: Sage. 2007a.

VALSINER, J. **Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida**. (Bastos, A. C. de S. Trad.). Porto Alegre: Artmed. 2012a.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, pp.115-144, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Perspectival Anthropology and the method of controlled equivocation. **Keynote address to the 2004 Meeting of the Society for the Anthropology of Lowland South America (SALSA)**. Miami: Florida International University. 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia** (2a ed.). São Paulo: Cosac Naify. 2006.

WERTSCH, J. V. **Voices of the mind: a sociocultural approach to mediated action**. Harvard University Press. 1993.